

COLEÇÃO UNIVERSO INFANTIL



Infâncias

COLEÇÃO UNIVERSO INFANTIL

Organizadoras:

Ailana Arrais

Gabrielle Brum

Gelcinete Lopes

Natália Belchior

Valéria Coelho

Viviane Barros



Apresentação

Toda criança tem o direito de brincar e de ter infância. É fundamental para o seu próprio desenvolvimento físico, psíquico e social. Muitas crianças em tenra idade são solicitadas ao trabalho e perdem, por isso, a oportunidade de se relacionarem com outras crianças e de se sociabilizarem em grupos.

Os pais, por estarem sempre concentrados em suas ocupações e tarefas, às vezes, se deixam levar por seus atributos e esquecimentos da importância da infância e, que um dia também foram crianças, pois o fato se repete...

Cabe então ao Professor de Educação Infantil desempenhar este papel, procurando recursos com criatividade para então dar início ao processo de socialização e convivência com outros colegas ou grupos.

O Professor saberá orientá-los e integrá-los através da comunicação e sobretudo, desenvolver e aplicar o aprendizado no sentido de melhorar a integração e o respeito com os colegas, trazendo melhor qualidade de vida, saúde e bem estar.

Nesse livro, falaremos de alguns textos que tratam da infância. Deixando claro que esse conceito nem sempre existiu e só após a modernidade a criança ganhou um espaço diferente na sociedade. Hoje, apesar de dela ter seu papel bem definido, continua sendo tratada como adulta em inúmeros casos. Vale a pena que você, professor, conheça essa história e seus desdobramentos.

“É bom ser criança,
Ter de todos atenção.
Da mamãe carinho,
Do papai a proteção.
É tão bom se divertir
E não ter que trabalhar.
Só comer, crescer, dormir, brincar.
É bom ser criança,
Isso às vezes nos convém.
Nós temos direitos
Que gente grande não tem”.
É bom ser criança (Toquinho)

Sumário

- 1 História social da criança e da família, 8
- 2 As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade, 11
- 3 As culturas da infância no contexto da Educação Infantil, 14
- 4 A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios, 17
- 5 Educação Infantil: instituições, funções e propostas, 20
- 6 Buscando relações..., 23
- 7 A criança e a legislação brasileira, 26
- 8 Com a mão na massa, 27
- 9 Para saber mais, 28
- 10 Bibliografia, 29

Capítulo 1

História social da criança e da família



História social da criança e da família

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas.; assim que a criança tinha condições de viver sem a solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais deles. Assim que a criança superava esse período de alto nível de mortalidade, em que sua sobrevivência era improvável, ela era confundida com os adultos.

É entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento de infância e que inspirou toda a educação até o século XX, tanto na cidade como no campo, na burguesia e como o povo. O apego à infância e a sua particularidade não se exprimia mais através da distração e da brincadeira, mas através do interesse psicológico e da preocupação moral.

O primeiro sentimento da infância surgiu no seio familiar, na companhia das criancinhas pequenas, o segundo proveio de uma fonte exterior à família: dos eclesiásticos ou dos homens da lei e de um maior número de moralistas no século XVII preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes; pois viam nas crianças frágeis criaturas de Deus que era necessário preservar e disciplinar. Esse sentimento passou também para a vida familiar. No século XVIII encontramos esses dois elementos associados a um novo: a preocupação com a higiene e a saúde física.

É interessante notar que existe uma relação entre os sentimento de família e o sentimento de classe. Os jogos e as escolas, inicialmente comuns ao conjunto da sociedade, ingressaram num sistema de classes. O sentimento da família, o sentimento de classe e o sentimento de raça surgem como as manifestações da mesma intolerância diante da diversidade, de uma mesma preocupação de uniformidade.



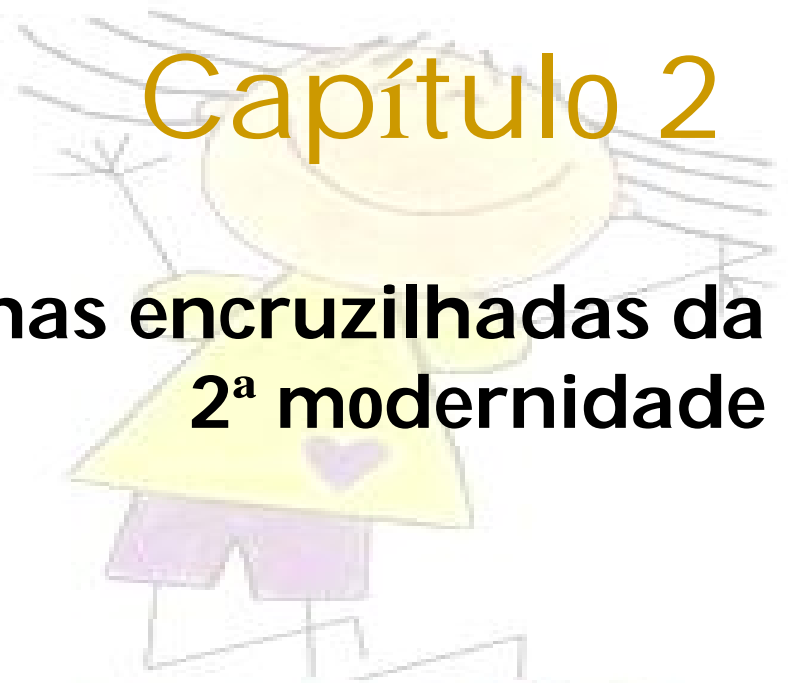
Fonte: gett images



Fonte: gett images

Capítulo 2

As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade



As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade

O presente texto ocupa-se da procura do lugar que a contemporaneidade reservou para a criança; do lugar que todas as crianças constroem na sua interação mútua, na edificação de seus mundos de vida e de suas culturas. O lugar da infância é um entre-lugar (Bhabha, 1998) o espaço intersticial entre dois mundos – o que é consignado pelos adultos e o que é reinventado nos mundos de vida das crianças – e entre dois tempos – o passado e o futuro. Um lugar socialmente construído, mas existencialmente renovado pela ação coletiva das crianças. Um lugar na História.

A modernidade operou também a elaboração de um conjunto de procedimentos configurados da administração simbólica da infância: certo número de normas, atitudes e procedimentos nem sempre escritas e formalizadas, mas que condicionam a vida das crianças na sociedade, como atitudes esperáveis, frequência a determinados lugares, tipo de alimentação. É importante sublinhar que esse esforço normalizador e homogeneizador tem consequências na criação de uma infância global que potencia as desigualdades inerentes à condição social, ao gênero, à etnia, ao local de nascimento e residência e ao subgrupo etário a que cada criança pertence.

A 2ª modernidade caracteriza-se por um conjunto associado e complexo de rupturas sociais que são de sentido, âmbito e impacto desigual, mas todos contribuem para a instabilização de algumas ideias fundadoras do espírito da modernidade: a crença na razão, o sentido do progresso, a hegemonia dos valores ocidentais, a ideia do trabalho como base social. Um processo de reinstitucionalização, isto é, o lugar social imputado às crianças não é já idêntico ao de outrora. Um aspecto nuclear de reinstitucionalização da infância é a reentrada na esfera econômica, principalmente com o incremento do trabalho infantil nos países periféricos e semiperiféricos. Mas também entraram pelo lado do marketing, do consumo. É a chamada “globalização da infância”.

A escola, por seu turno, de suposta instância de socialização para a coesão social, visibiliza-se como o palco de trocas e disputas culturais, que sendo inerentes a uma sociedade cosmopolita e de circulação facilitada das populações, não deixam por vezes de ser violentas. Essa radicalização exprime-se na “turbulência” dos contextos organizacionais de ação educativa e em indicadores de insucesso escolar e de disrupção comportamental. As escolas hoje se constituem como um palco decisivo da luta político-pedagógica por dar um sentido à atividade educativa e por fazer dela um instrumento de devir social.

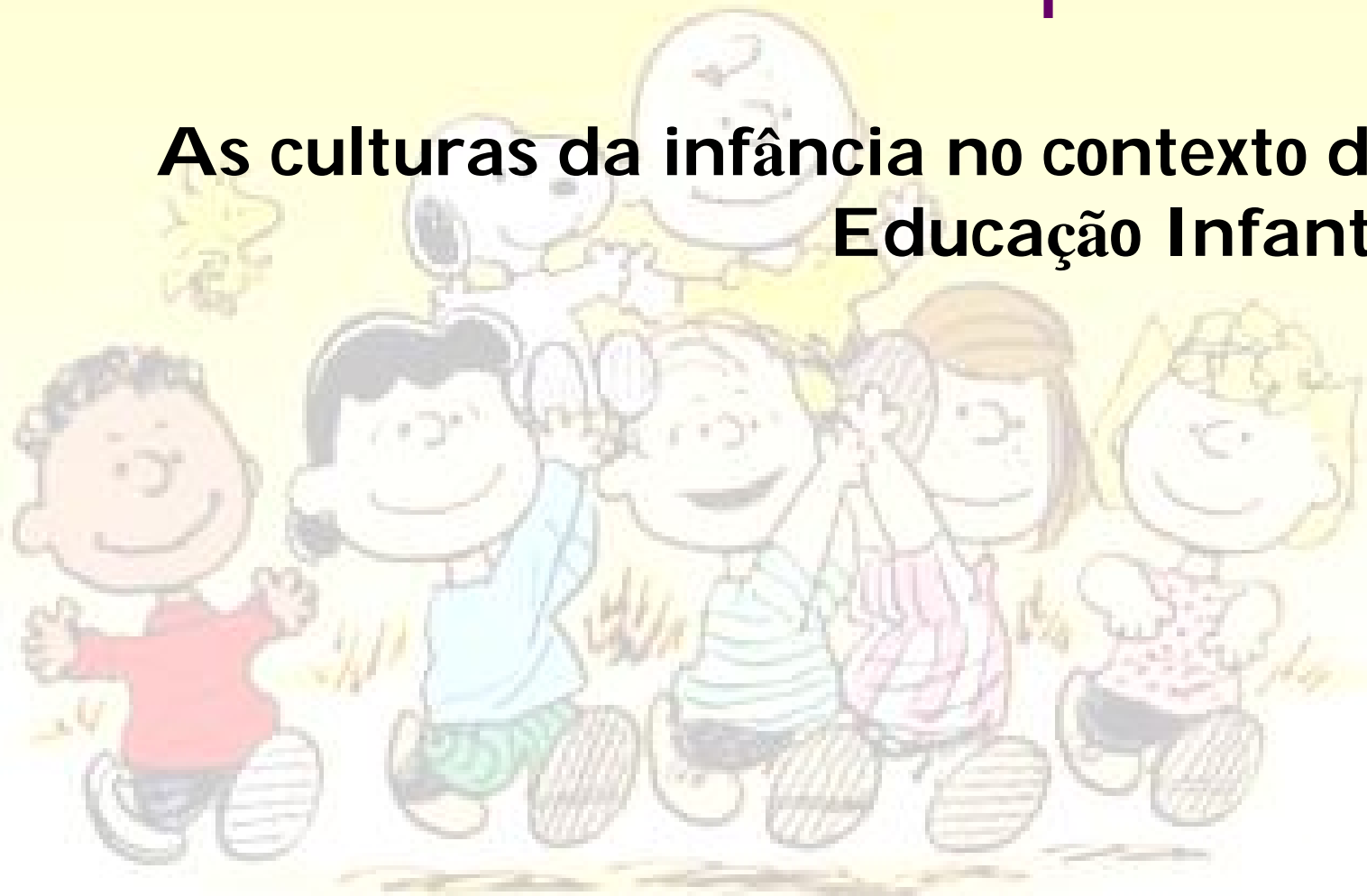
A família, desenvolve tensões reinstitucionalizadoras em torno de transformações estruturais crescentes. A estrutura familiar é um lugar problemático e crítico, onde tanto se encontra o afeto como a disfuncionalidade, o acolhimento como o mau-trato. A transformação familiar convida a que a família seja pensada como instituição social, sendo construída e estruturada, e não como entidade natural, imune a *pathos* da vida social.

As crianças parecem assujeitadas e não sujeitos, devido as formas de controle e dominação a que estão subordinadas. Acresce o fato que infância é o grupo geracional que, nas condições atuais da globalização hegemônica, é mais afetado pelas condições de desigualdade, pela pobreza, pela fome, pelas guerras, pelos cataclismos naturais e pela SIDA e outras doenças. Essa identidade da infância reside, no seu estatuto social face aos direitos sociais – as crianças não têm capacidade jurídica de decisão autônoma, necessitam de proteção e têm uma responsabilidade social em parte depositada em quem exerce o poder paternal. A identidade das crianças é também a identidade cultural, isto é, a capacidade das crianças constituírem culturas não redutíveis totalmente às culturas dos adultos.

O esforço científico segue quatro eixos estruturadores das culturas da infância: a interatividade, que permite às crianças apropriar, reinventar e reproduzir o mundo que as rodeia; a ludicidade, que constitui um traço fundamental das culturas infantis. Brincar não é exclusivo das crianças, é próprio do homem e uma das atividades sociais mais significativas. Entre o brincar e fazer as coisas sérias não há distinção entre as crianças, sendo o brincar muito do que as crianças fazem de mais sério; a fantasia do real, o “mundo do faz de conta” faz parte da construção pela criança da sua visão do mundo e da atribuição do significado às coisas; a reiteração, o tempo da criança é um tempo recursivo, reinvestido de novas possibilidades, um tempo sem medida, capaz de ser sempre reiniciado e repetido. O lugar da criança é o lugar das culturas da infância, que é continuamente reestruturado pelas condições estruturais que definem as gerações em cada momento histórico concreto.

Capítulo 3

As culturas da infância no contexto da Educação Infantil



As culturas da infância no contexto da Educação Infantil

Falar da infância é algo bastante complexo, pois é marcado por paradoxos: infância como objeto de paparicação, de moralização, controle e dominação por parte dos adultos, de prazer absoluto e de sofrimento, de esperança e medo, de redoma e barbárie, de vida e morte. Quando falamos sobre a infância não significa que estamos falando das crianças. Falamos mais de nós mesmos e da sociedade em que vivemos, sobre o que projetamos sobre a infância e o que esperamos dela. Não levamos em conta os verdadeiros atores sociais, que são as crianças, que integram essa categoria. Precisamos, como ponto de partida, penetrar no universo da criança e compreendê-la do seu próprio ponto de vista, enxergá-la com a sua singularidade, considerar a sua pluralidade, a sua diversidade, as diferentes infâncias vividas pelas crianças contemporâneas.

Quando as crianças partilham dos mesmos espaços e tempos e o mesmo ordenamento social institucional, elas criam estratégias para lidar com a complexidade dos valores, conhecimentos, hábitos, artefatos que são impostos e comungam formas de interpretação e de participação no mundo em que vivem. Cria-se um sentimento de pertencimento a um grupo. As culturas infantis emergem na medida em que as crianças tentam atribuir sentido ao mundo em que vivem. Na medida em que as crianças participam coletivamente de experiências sociais, elas vão construindo sua cultura. Essa ideia rompe com um discurso **adultocentrado**, pois dá voz à criança como ser presente, que **age** sobre o mundo, através de suas experiências, desenvolvendo coletivamente práticas sociais e culturais próprias, constituídas por laços de identidade e de solidariedade.

Ao brincar, a criança não apenas expressa e comunica suas experiências, mas a reelabora, reconhecendo-se como sujeito pertencente a um grupo social e a um contexto cultural, aprendendo sobre si mesma e sobre os homens e suas relações no mundo, e também sobre os significados culturais do meio em que está inserida. O brincar pode ser considerado como patrimônio cultural, por ser fruto das ações humanas transmitidas de modo inter e intrageracional e como forma de ação que cria e transforma significados sobre o mundo.

O importante é dar voz às crianças através do entrecruzamento das diversas vozes que vai tecendo o cotidiano da educação infantil. Nesse conjunto de vozes, o professor é muito importante pois ocupa um papel preponderante na mediação das relações das crianças com a natureza e com a cultura; o professor não se apaga com o destaque para a criança, mas antes de tudo desempenha o papel de mediador e co-construtor de um processo que inclui a criança como sujeito, autor e ator competente. Outro ponto importante é a necessidade de se incorporarem a arte, a cultura e o conhecimento como dimensões igualmente fundamentais do processo educativo; promover o diálogo entre a ciência, a arte e a cultura que potencializamos diferentes modos de construir conhecimentos e interpretar o mundo.

Fonte: gett images

A group of five children are playing hopscotch on a grassy field. One child is in the middle of a hop, while the others are standing around the grid. The scene is bright and sunny, with shadows cast on the grass.

Capítulo 4

A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios

A institucionalização da infância: antigas questões e novos desafios

O direito à educação desde o nascimento, como consta na Constituição Brasileira de 1988, é fruto de um longo processo de transformações sociais e de conquistas. As crianças pequenas, de qualquer classe social, têm o direito de frequentar instituições educativas. As que têm acesso à educação infantil passaram a ter seu cotidiano regulado por uma instituição responsável por educá-las, fora da esfera privada da família. A implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) sintoniza a infância brasileira como um tempo especial da existência social dos indivíduos, definido a partir do reconhecimento da criança como um ser social que necessita ser protegido e amparado.

Seguindo uma lógica de desigualdades, decorre o processo de institucionalização da infância no Brasil. As instituições pensadas para atender as crianças ainda revelam ambiguidades, resquícios de práticas sociais instituídas para as crianças ricas e pobres. Tais instituições, em meados do século XIX, almejavam a educação da criança, mas vislumbravam os perigos que poderiam advir de uma população educada. Os processos de repressão e disciplinarização fizeram-se presentes para aqueles que estavam à margem das organizações sociais, tanto na concepção e formulação de políticas quanto nas próprias ações de tutela do Estado e das instituições filantrópicas. É no decorrer desse processo de institucionalização da criança pública que também se vão formando movimentos em defesa dos direitos da criança.

A crença na escola como meio de emancipação pela educação tem, porém, contrapartida na fragilidade dessa instrumentalização. Essa negação do hoje em função de um preparo para o amanhã coloca para a escola o desafio de buscar nesta vida o que dela foi negado, de reinventar o seu próprio significado, desafio que se coloca também para a própria humanidade. Creches e pré-escolas tornaram-se importantes instituições educativas, independentemente das classes sociais a que se destinam.

Vários fatores têm provocado a institucionalização ou a reinstitucionalização da infância. A família nuclear modelo não representa o que de fato ocorre na sociedade. Em qualquer classe social, o que predomina é a diversidade na composição e na organização do grupo e das funções familiares. O trabalho, por sua vez, também deixa de ter tempos e espaços fixos. Ainda é visível a redução no número de crianças nos lares. A violência urbana e a falta de disponibilidade dos adultos não têm permitido que as crianças frequentem regularmente áreas públicas e de lazer onde poderiam compartilhar outros grupos de convivências e interação.

Segundo Choi (2004), a educação infantil traz benefícios para a criança: benefícios pessoais pela garantia dos Direitos da Criança, benefícios educacionais pelo impacto na escolaridade, benefícios econômicos pela inserção das mães no mercado de trabalho e aumento da renda familiar e benefícios sociais pela educação da probabilidade de crime e delinquência. Mas pesquisas também mostram que programas de baixa qualidade não causam impacto. A nova institucionalização na infância implica a qualidade no atendimento e que se dá na inter-relação entre os recursos materiais e humanos. Se esta institucionalização se faz necessária é fundamental fazer dessas instituições espaços de respeito e de valorização das crianças pequenas e suas formas de pensar, sentir e expressar-se, de convivência, de múltiplas interações e abertura para o mundo, de acesso a diferentes produções culturais, de humanização e de promoção da equidade.

Capítulo 5

Educação Infantil: instituições, funções e propostas

Educação Infantil: instituições, funções e propostas

A presença de crianças muito pequenas a espaços de educação infantil não se relaciona mais a questões de classe social. A trajetória da redemocratização da sociedade vivida na década de 1980 permitiu que os reflexos do movimento internacional sobre os direitos da criança se traduzissem em significativo avanço legal. A educação infantil, que até então era direito dos filhos das mães trabalhadoras, passa, com a Constituição de 1988, a ser direito das crianças: é responsabilidade do poder público municipal oferecer creches e pré-escolas a todas as crianças cujas famílias desejem esses serviços ou deles necessitem. Nessa trajetória em torno da construção de políticas públicas de atendimento à educação infantil, percebe-se a existência de diversos pontos que foram privilegiados: os discursos higienistas e de saneamento, onde a creche ganha o sentido de intervenção e regulação social; as políticas educacionais da década de 1970 voltadas à educação de crianças de 0 a 6 anos, pautaram-se na educação compensatória, e defendiam a ideia de que a pré-escola poderia salvar a escola dos problemas relativos ao fracasso escolar; nos anos de 1980 e 1990, com as gestões eleitas para municípios e estados, surgem propostas diferenciadas, com algumas voltadas para a melhoria da qualidade de vida da população; a partir de 2000 a educação infantil passa a ser vista como uma necessidade da sociedade contemporânea. O serviço educacional é direito da criança, dever do estado e opção dos pais.

A necessidade de se estabelecer um currículo para a área de educação infantil surge no início dos anos de 1980, consequência de uma expansão de atendimento. A educação infantil, em nosso país, segundo o próprio MEC (1996), nasce dissociada de uma intencionalidade educativa explicitada num currículo pré-estabelecido. A identidade da educação infantil ora tende para a escolarização/preparação para o ensino fundamental, ora para o assistencialismo, entendido como cuidar das crianças desprovidas de atenção e criar hábitos de civilidade, numa contribuição que se estende para a família e para a comunidade. No âmbito do atendimento nas interações de adultos e crianças nas instituições de educação infantil, a falta de uma identidade dos profissionais com as concepções adotadas tem sido a tônica e a marca de muitas práticas educacionais. A situação torna-se ainda mais complexa com a forte presença do modelo do ensino fundamental nas práticas educativas em creches e pré-escolas.

Um outro aspecto que merece destaque diz respeito à grande lacuna existente no campo da concepção de propostas pedagógicas curriculares específicas para a populações infantis de 0 a 3 anos. Algumas propostas pedagógicas para a educação infantil são julgadas importantes como: todos os envolvidos, adultos e crianças, precisam ser autores, sujeitos dessa construção; cotidiano que se caracteriza como lugar de produção, transgressão, espaço para o lúdico, o afetivo, o artístico, a criação e a troca; parcerias e diálogo constante; o reconhecimento como espaços de formação cultural; a humanização das relações entre adultos e crianças é um aspecto privilegiado na construção da autonomia e do respeito; a importância da formação continuada de professores. Esses são pontos que podem contribuir para a reflexão dos profissionais de educação infantil sobre a sua prática, sobre o seu cotidiano, sobre a sua experiência. A reformulação dos espaços de educação infantil é fundamental para que passem a acolher os sonhos, as transformações possíveis e, parafraseando Manoel de Barros, a “carregar água na peneira”.



Capítulo 6

Buscando relações...

Buscando relações...

A partir dos textos trabalhados no módulo I que trata das infâncias, crianças e educação infantil, podemos perceber claramente uma estreita relação entre eles quando reconhecem que a infância é uma criação que nasce com a modernidade, e que existem diferentes infâncias que se interrelacionam, se entrecruzam e que também diferem-se totalmente entre si. Que apesar de sempre existirem as crianças, a infância é uma ideia da modernidade que aparece com a sociedade capitalista.

As culturas da infância com as suas especificidades procura dar sentido ao mundo através de procedimentos e ações que reinventam e reconstruem a realidade vivida. Busca-se um pertencimento ao mundo que o rodeia. Isso fica evidente por meio das brincadeiras, que são ações próprias das culturas infantis, que através de projeções da realidade, as crianças criam uma cultura própria e singular, uma projeção do real.

As instituições educacionais, e em particular as escolas são espaços privilegiados para receberem as crianças e trabalharem nelas os rigores disciplinares e as normas que regem uma sociedade de classes. As creches eram destinadas principalmente, aos filhos de mães trabalhadoras, mas pela sua importância no contexto da sociedade moderna, passa a ser um direito de todos que necessitem dela. Por meio da Constituição Federal brasileira de 1988, fica assegurada como dever do Estado e direito dos indivíduos de ingressarem em creches e pré-escolas. Para tanto, faz-se necessária a reformulação curricular, com conteúdos e formação de uma identidade própria da Educação Infantil. Essa autoria entre os sujeitos que fazem parte do universo da educação infantil é fundamental para que as relações sociais, a humanização, o respeito e a “troca de olhares” entre os atores sociais seja uma prática recorrente nesses espaços.

Enfim, percebemos que todos os textos deixam bem evidentes que temos a emergência de uma identidade da educação infantil e que as culturas da infância devem ser respeitadas e estimuladas, em confronto com a uniformização das relações sociais e culturais. Por ser uma ideia recente, a infância ainda busca seu lugar dentro da família, dentro das escolas e dentro da sociedade. Essa autoria deve ser conquistada através do reconhecimento da sua identidade e da sua importância como uma das etapas do desenvolvimento humano, com as suas particularidades e singularidades próprias, ela deve ser verdadeiramente respeitada e valorizada.



Fonte: gett images



Fonte: gett images

A CRIANÇA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Um longo processo de transformações sociais e conquistas nos proporcionou a institucionalização da criança. Assim, logo após a conquista do direito à educação desde o nascimento e da proteção à infância, como consta na Constituição do Brasil de 88 (Parágrafo II, Art. 6º), tivemos dois anos para que ocorresse a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O ECA é fruto da inquietação de segmentos da sociedade que ansiavam por uma lei que traduzisse o desejo de ter concretizado o que preconiza nossa Constituição: "Criança e Adolescente prioridade absoluta."

Com a lei nº 8.069/90, crianças e adolescentes deixaram de ser rotulados de "em situação irregular" para ter seus direitos garantidos em uma doutrina sócio-jurídica de Proteção Integral, preconizada pela ONU, tendo o Brasil como signatário. O Estatuto de 90, conquista da sociedade civil organizada, derrubou o Código de menores que, ao longo da história, contribuiu para discriminar as crianças e os adolescentes das classes populares.

Apesar da lei, ainda hoje vemos nossas crianças e adolescentes ser aviltados em suas necessidades e penalizados injustamente. Necessário se faz que assumamos a luta para o fortalecimento e concretização do Estatuto, para que os mesmos possam ter garantidos seus direitos fundamentais. O Estatuto da Criança e do Adolescente, mais que um sonho, deve tornar-se realidade. E isso é tarefa de todos nós.

Com a mão na massa

Neste módulo conhecemos o surgimento da infância e um dos assuntos abordados foi a brincadeira. Sugerimos então para você professor trabalhar com seus alunos a seguinte brincadeira: Amarelinha. Além de antiga é bastante conhecida propõe diversão e contribui para o desenvolvimento.

Amarelinha

Objetivos:

- ▶ Conhecer a ordem numérica;
- ▶ Desenvolver a coordenação motora;
- ▶ Estimular o equilíbrio;

Espaço

Dá para pular amarelinha em qualquer trecho de piso plano (no pátio, na calçada, dentro da sala de aula, numa rua sem movimento).

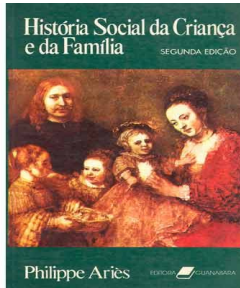
Material necessário

- Um giz para marcar asfalto ou gravetos, para chão de terra. Em pisos que não podem ser riscados, fita adesiva resolve o problema. Por fim, a brincadeira pede uma pedrinha, um caco ou outro objeto para ser colocado nas “casas” do desenho e aumentar o grau de dificuldade a cada etapa.

Como brincar...

- Desenhe no chão um diagrama com quadrados, intercalando quadrados solitários com duplas e numerando cada um de 1 a 10. No topo, faça uma meia-lua – este será o “Céu”.
- Comece a brincadeira atirando a pedrinha na casa 1. Pule a casa 1 e vá passando todas as outras casas. Seu objetivo será passar por todas as outras casas (pisando com apenas um pé nas únicas e com os dois nas duplas) até chegar no Céu, onde pisará com os dois pés. De lá, retorne do mesmo jeito, só que, dessa vez, pare antes da casa 1 e, com apenas um pé no chão, se abaixe para pegar a pedrinha e pule em direção ao início do jogo. Recomece jogando a pedra na casa 2 e assim por diante, pulando sempre a casa onde está a pedra. Se você errar a mira e a pedrinha cair fora da casa certa, perde a vez. Isso também acontece com quem pisar na linha, colocar os dois pés no chão nas casas únicas ou na hora de recolher a pedrinha que estiver em casa dupla.

Para saber mais



-História social da criança e da família, Philippe Ariès, 279 págs, Editora LTC, R\$ 71.

O historiador francês estuda a inserção da criança na vida social desde a Idade Média até os tempos modernos, quando o papel da família transformou-se estruturalmente. Por meio da história do cotidiano e da mentalidades, analisa como se dava as relações e porque mudaram.



-Educação Infantil - cotidiano e políticas, Patrícia Corsino (org.), 130 págs, Editora Autores Associados, R\$ 33.

Ter acesso à educação infantil é um direito constitucional das crianças desde que nascem, um direito que abarca outros direitos, na medida em que inclui a proteção das crianças a qualquer tipo de negligência ou violência, inclui ainda o direito à provisão de suas necessidades básicas – físicas e emocionais, tais como saúde, higiene, alimentação, afeto, curiosidade etc. – e a participação social, pela ampliação progressiva de suas experiências e conhecimentos. A institucionalização das crianças pequenas é uma realidade que precisa ser pensada pelas políticas públicas, tanto em relação à democratização do acesso, já que o Estado brasileiro ainda não consegue atender à demanda por creches e pré-escolas públicas e gratuitas, quanto à garantia da sua qualidade.



- Por uma cultura da infância: metodologias de pesquisa com crianças, Ana Lúcia Goulart de Faria/Zélia de Brito Fabri Demartini/ Patrícia Dias Prado (orgs.), 164 págs, Editora Autores Associados, R\$ 34.

Esta obra, organizada por Ana Lúcia Goulart de Faria, Zeila de Brito Fabri Demartini e Patrícia Dias Prado, reúne, para além de "criançólogas", autoras/es "criancistas" que lutam por uma cultura da infância que garanta o direito das crianças de serem crianças, apresentando suas recentes pesquisas no campo da educação dos pequenos (0 a 6 anos) e dos maiores, sob o enfoque da metodologia de pesquisa empregada e dando voz à cultura que as crianças estão produzindo.

Bibliografia

- ARIÉS, P. *História Social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981
- BORBA, A M. Culturas da infância no contexto da educação infantil. In: Vasconcellos, T. (org.) Reflexões sobre infância e cultura. Niterói, Eduff, 2008.
- CORSINO, P. Educação infantil: cotidiano e práticas. Autores Associados, 2009. textos 2 e 3 (p. 15 a 47).
- SARMENTO, M. J. *As culturas da infância nas encruzilhadas da 2ª modernidade*. Portugal, 2002.
- BRASIL, MEC, CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Parecer nº 22/98, aprovado em 17 de dezembro de 1998.
- **OBS: Os vídeos que estão no cd deste livro foram retirados de www.youtube.com**

A coleção Universo Infantil é uma obra que traz para você, educador, uma fonte inspiradora para desenvolver aspectos pedagógicos desejados. Nele você pode encontrar um vasto material que tanto pode auxiliá-lo na construção de um objetivo pedagógico orientado, como na escolha de outras atividades livres.

Tem como objetivo instrumentalizar o educador como ferramenta de assessoramento e apoio técnico, para seu planejamento, desenvolvimento e avaliação no processo de ensino-aprendizagem. Para atingir esse objetivo, incluímos a definição dos objetivos específicos, sugestões de atividades extras, subsídio teórico, indicações bibliográficas, além da caixa multimídia, para ser trabalhado em cada conteúdo.

Tendo em vista os tempos da grande velocidade das inovações tecnológicas e do mesmo intenso renascimento cultural, o indivíduo é a unidade básica de mudança. É ele quem administra a tecnologia do mundo de complexidades em que as relações são fundamentais para os bons resultados. O desenvolvimento pleno da pessoa para a vida passa por sua capacidade de lidar com seus sentimentos e elaborar suas experiências em busca de competência individual e em equipe.

Somos todos educadores e estamos sempre aprendendo a adquirir novas habilidades. Assim através dessa leitura coloca-se em prática a intenção de facilitar o cotidiano do educador, através desse assessoramento técnico.

COLEÇÃO UNIVERSO INFANTIL

www.colecaouniversoinfantil.blogspot.com

